O mapeamento de ATHIS no território paulista

POR COMISSÃO DE ATHIS DO CAU/SP

© MARIANA COSTA MAIA SILVEIRA

¶ EM MEIO ÀS MUDANÇAS SOCIAIS vividas na cidade contemporânea, a garantia do direito à moradia digna para a população de baixa renda tornou-se uma necessidade. Neste contexto, a promulgação da Lei Federal n. 11.888, de 2008, conhecida como Lei de ATHIS, tornou possível a aproximação entre arquitetos e urbanistas e diversos outros segmentos. Reconhecer a importância das ações de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no território paulista através do mapeamento da atuação e participação de arquitetas e arquitetos é o objetivo deste artigo.

São inúmeros os segmentos que passaram a atuar no campo da ATHIS, entre eles pode-se destacar entidades sem fins lucrativos vinculadas aos movimentos de moradia, as universidades através de trabalhos acadêmicos e pesquisas científicas, o poder público através das secretarias de habitação, e o esforço contínuo de entidades e instituições que buscam auxiliar no enfrentamento da precariedade habitacional no país.

Tomando como referência o mapeamento realizado pelo CAU/SC através da CATHIS — Comissão de Assistência Técnica e a Pesquisa Nacional em ATHIS de 2019, elaborado pelo Observatório das Metrópoles/IPPUR (UFRJ) em parceria com o CAU/RJ, optou-se pela aplicação de um formulário (*Microsoft Forms),* divulgado no período de novembro de 2021 a junho de 2023, com o objetivo de compreender o perfil dos profissionais que realizam atividades de ATHIS, entender onde estão sendo executadas tais ações e, principalmente, compreender as dificuldades que têm impossibilitado a efetiva aplicação da Lei 11.888. Desta forma, os resultados alcançados possibilitarão orientar futuras ações que visem à aproximação de profissionais com o poder público municipal, bem como subsidiar a formulação de novos editais propostos pelo CAU/SP.

AS AÇÕES DE ATHIS NO TERRITÓRIO PAULISTA

O acesso ao formulário por cerca de 80 entidades, profissionais e demais segmentos possibilitou o reconhecimento da atuação de ATHIS nas diversas regiões do território paulista. Em linhas gerais, há uma evidente concentração na capital e região metropolitana, totalizando 41% das respostas coletadas. Por outro lado, destacam-se as cidades do interior da Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, com 19% e 17% respectivamente. Também pode-se considerar percentuais de participação provenientes de Campinas, Piracicaba, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto, Baixada Santista e Jundiaí, indicando que, apesar da prevalência de profissionais atuantes na RMSP, o campo de atuação se faz presente de forma ampla em todo o estado. Esse fato pode ser analisado de forma positiva, uma vez que os últimos dados de déficit habitacional indicam a existência de mais de 91 mil unidades habitacionais em situação de precariedade no estado de São Paulo (FJP, 2023).

O número de moradias precárias evidencia a urgência na elaboração de políticas públicas focadas no atendimento da população, capaz de gerar melhoria na qualidade de vida e garantir a segurança dos indivíduos. Desta forma, reconhecer como a atuação em ATHIS vem acontecendo é fator relevante para compreender as reais demandas da área.

Entre as formas ou organizações pelas quais se dá a atuação em ATHIS no território paulista, destacam-se os profissionais autônomos e organização da

Ações de apoio à Assistência Técnica — com parceria de fomento do CAU/SP — nas ocupações Esperança e Ribeirão Vermelho em Osasco (SP).
© ARQUIVO CAU/SP / OSC AMBIENTE TRABALHOS PARA O MEIO HABITADO

sociedade civil (OSC), correspondendo a 28% e 11% respectivamente, enquanto a atuação proveniente de órgãos públicos de administração direta atinge o percentual de 8%. Cabe ressaltar que 14% dos respondentes afirmam que, apesar de terem interesse, não atuam em ATHIS, evidenciando a necessidade de fomentar, incentivar e valorizar o trabalho dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo neste seguimento.

Ainda, como forma de atuação em ATHIS, destaca-se as instituições de ensino públicas e privadas, com a promoção de ações de ensino, pesquisa, extensão e residência, aproximando os alunos e recém-formados com a população que necessita deste tipo de trabalho profissional e do campo de atuação em ATHIS.

Essa aproximação torna-se fundamental para que as demandas da comunidade e dos indivíduos sejam conhecidas pelos profissionais envolvidos, possibilitando a execução de projetos e obras capazes de gerar melhorias de qualidade de vida. Porém, um dos grandes entraves para a atuação em ATHIS é justamente conhecer essas demandas no território, garantindo, assim, uma atuação mais efetiva em relação às necessidades locais. De acordo com o mapeamento, as demandas chegam até os profissionais de diversas formas, sendo elas ação de associações de moradores, cooperativas e movimentos sociais, de forma mais expressiva, além de grupos não formalizados, órgãos públicos e pessoas físicas. Os profissionais envolvidos atuam com trabalhos *pro bono* (doação), contratos de prestação de serviços com pessoa física, contratos de prestação de serviços com pessoa jurídica ou entidades e certames licitatórios (prestação de serviços para órgãos públicos).

Outro entrave para a atuação está relacionado à captação de recursos para custear os honorários dos profissionais envolvidos e as ações de ATHIS, como melhorias habitacionais, regularizações fundiárias, entre outros. Sobre esse assunto, o mapeamento apontou que o aporte de recursos financeiros para ações de ATHIS são provenientes de doações, financiamento universitário (agências de fomento via bolsas ou recursos para pesquisa, ensino e/ou extensão), editais públicos de fomento, editais de fomento dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (CAU) dos Estados, edital de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) e recursos próprios. Já no caso de órgãos públicos, os recursos para ATHIS têm sido supridos por meio de Fundo Municipal de Habitação ou recursos estaduais e federais.

ATHIS E A ARQUITETURA E URBANISMO

Para os profissionais das OSCs observa-se que a palavra baixa renda esteve presente em 36% das respostas sobre o que se entende por ATHIS; menos de 70% conhecem a Lei Federal 11.888, de 2008; 65% informaram possuir arquiteto e urbanista como responsável técnico, contudo, do total apenas 44% atuam no campo de ATHIS; no poder público o número de profissionais responsáveis sobe para 80% dos entrevistados.

Quanto à relação de trabalho nenhum dos entrevistados possui vínculo trabalhista pela CLT, a maioria atua pelo recolhimento do Registro Profissional Autônomo (RPA), Pessoa Jurídica (PJ) e Voluntariado. Sendo ATHIS um campo de trabalho multidisciplinar, o mapeamento apontou que os principais profissionais das entidades envolvidos são: arquiteto e urbanista, engenheiro civil e sanitarista, assistente social, advogado e sociólogo.

A atuação em ATHIS tem se intensificado nos últimos 3 anos, considerando que 41% dos entrevistados declararam tempo de atuação de 0 a 3 anos, contudo apenas 45% dos profissionais autônomos informaram recolher o RRT, o que impacta na baixa emissão da CAT — Certidão de Acervo Técnico. Para a maioria dos entrevistados a remuneração nos trabalhos de ATHIS deveria ter como parâmetro uma tabela de honorários a ser desenvolvida pelo CAU/SP.

RESULTADOS PRELIMINARES

Ainda que preliminar, o mapeamento aponta a necessidade de medidas emergentes para a regulamentação do campo de atuação em ATHIS, incluindo a formação específica nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, a elaboração de tabela de honorários pelos CAU/BR e CAU/SP, a orientação aos profissionais acerca da responsabilidade técnica nos serviços de ATHIS e, principalmente, o urgente diálogo com o poder público, principal responsável pela efetiva implementação da Lei Federal 11.888/2008, a fim de garantir condições de acesso à Arquitetura e Urbanismo para as famílias de baixa renda das cidades paulistas. ×